

SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.483 - CE (2019/0041138-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : MARIA DE JESUS DINIZ NOGUEIRA
ADVOGADOS : LEONARDO ROBERTO OLIVEIRA DE VASCONCELOS -
CE018185
CÁSSIO FELIPE GOES PACHECO - CE017410
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

MARIA DE JESUS DINIZ NOGUEIRA requer a suspensão da decisão da Desembargadora Francisca Adelineide Viana, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), que, nos autos do Procedimento Penal n. 0000267-03.2018.8.06.0000 (medida cautelar), deferiu o pedido do Ministério Público de prorrogação da suspensão do exercício da função pública pela requerente, o que a mantém afastada do cargo de prefeito do Município de Jati (CE).

A requerente argumenta que não há “razão jurídica para a referida manutenção, não sendo admissível que a medida cautelar tenha caráter condenatório, punindo o Agente Público de forma antecipada, mormente por tratar-se de mandato eletivo, cujo prazo é pré-determinado” (fl. 14).

Acrescenta ser “essencial que haja a demonstração do justo receio exigido pelo art. 319, VI, do Código de Processo Penal, mediante a apresentação de fatos concretos” (fl. 17)

É o relatório. Decido.

O deferimento da suspensão de liminar é condicionado à demonstração da ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas. Seu requerimento é prerrogativa de pessoa jurídica que exerce *munus* público, decorrente da supremacia do interesse estatal sobre o particular.

No caso em exame, verifica-se a existência de óbice intransponível ao conhecimento do pedido suspensivo.

Isso porque não há previsão legal do cabimento do pedido de suspensão de decisões proferidas no transcurso de procedimento penal, hipótese dos presentes autos. A legislação de regência (Leis n. 8.038/1990, 8.437/1992 e 12.016/2009) e os bens

jurídicos por ela tutelados evidenciam que é cível a natureza das ações nas quais é cabível a medida suspensiva, conforme demonstram estes precedentes da Corte Especial do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. SUSPENSÃO DE LIMINAR. LEIS 4.348/64 E 8.347/92. AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

1. Os diplomas legais que autorizam ao Presidente de Tribunal examinar pedido de Suspensão de Segurança, a Lei nº 4.348/67 e a Lei nº 8.347/92, dispõem, respectivamente, quanto às normas processuais relativas a mandado de segurança e às medidas cautelares concedidas contra o Poder Público.

2. Não há previsão legal que possibilite a utilização desse instituto em ação de natureza penal.

3. Agravo Regimental a que se nega provimento. (AgRg na SLS n. 1/BA, relator Ministro Edson Vidigal, DJ de 6/12/2004, grifei.)

AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE LIMINAR. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. AÇÃO DE NATUREZA PENAL. AFASTAMENTO DO CARGO. PREFEITO E VICE-PREFEITO. INTERESSES PARTICULARES. MÉRITO DA AÇÃO ORIGINÁRIA. DISCUSSÃO. DESCABIMENTO. AGRAVO IMPROVIDO.

I - A decisão agravada culminou por negar seguimento ao presente pedido suspensivo, fundamentada no fato de cuidar-se de ação originária penal por meio da qual os ora agravantes foram cautelarmente afastados dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito e, ainda, considerando que seriam particulares os interesses por eles buscados.

[...]

III - Decisão mantida, porquanto os agravantes não conseguiram infirmar os fundamentos da decisão agravada.

Agravo regimental desprovido. (AgRg na SLS n. 1.936/AL, relator Ministro Francisco Falcão, DJe de 9/3/2015, grifei.)

Ante o exposto, **não conheço do pedido de suspensão.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente